

30 anos volvidos desde Abril as mudanças operadas na sociedade portuguesa são profundas. E representam um importante património de novos direitos, designadamente sociais e ambientais, que importa preservar enquanto matriz que molda, de modo integrador, a nossa vida colectiva.

Um olhar retrospectivo e o confronto com a realidade revelam-nos, porém, que a corporização desses direitos e essas mudanças não têm sido lineares. E que, não obstante, a importância dos direitos constitucionalmente consagrados, em domínios decisivos, como a educação, a cultura ou o ambiente, para recuperar de atrasos ancestrais, e dos enormes progressos verificados, eles foram incapazes de gerar, em Portugal, um desenvolvimento socialmente justo e ecologicamente equilibrado.

Ou, dito de outro modo, não foram capazes de dar corpo a um projecto de sociedade que garantisse, a um tempo, respostas satisfatórias e actuais às necessidades básicas das pessoas, em termos de justiça social, de saúde, de educação, de habitação, de trabalho e, simultaneamente respostas respeitadoras dos equilíbrios ambientais, da protecção dos recursos naturais, da preservação dos bens patrimoniais, cuja salvaguarda, se sabe, ser decisiva para não inviabilizar, no futuro, a satisfação das nossas necessidades e das dos nossos filhos.

Esta é uma constatação que a recente divulgação pela imprensa de um recente estudo sobre a pobreza e a exclusão social, em Portugal, obrigou, nos seus dados inquietantes, a validar e, em parte, a tornar mais visível. Ao concluir que, no nosso país, um quarto da população residente vive no limiar da pobreza, que cerca de 200.000 dos nossos concidadãos passa fome e que 10% dos mais ricos, em Portugal, detém, só por si, mais de cinquenta por cento do total da riqueza produzida.

Este é, sem dúvida, um indisfarçável sinal de alerta sobre o mal-estar existente. Que reflecte o enorme desequilíbrio que se não soube, não se cuidou, sobretudo não se quis, nestes trinta anos, evitar provocar no tecido social. Mas estes são, fundamentalmente, dados que nos questionam, que põem em causa os poderes políticos, na sua capacidade de pôr em prática um projecto de desenvolvimento com sustentabilidade para o país. Dados, afinal, que nos interpelam sobre a própria qualidade da nossa democracia.

É uma inquietante realidade que não pode ser ignorada, pelo tremendo desequilíbrio que revela e negativamente pesa na vida de milhares de pessoas, em resultado da nossa organização social. Esta é, a mesma organização social que gerou desequilíbrio na natureza, pelo modo como realizou a actividade humana e económica, sem cuidar de salvaguardar os recursos que lhe cabia proteger.

Refiro os recursos naturais, o solo, a água, as florestas, os oceanos, também eles em acelerado processo de abandono e degradação, pela ausência de um pensamento estratégico e procura de equilíbrio na sua utilização, factores que conjugados, deram em parte origem à grave crise ecológica, em que Portugal se encontra hoje mergulhado.

Crise ecológica que representa em si mesma, um entrave ao desenvolvimento.

Pela natureza dos bens patrimoniais em jogo, não susceptíveis de troca; pelas suas consequências, visíveis e invisíveis, no imediato e a prazo; pelas

suas repercussões ambientais, também económicas e sociais, as quais constituem já hoje, visivelmente em Portugal, pelas suas implicações e impactes, factores que perturbam e limitam o bem-estar, põem em risco a saúde pública, atentam contra a segurança e a qualidade de vida dos cidadãos. Em suma, um obstáculo, quiçá irreversível, que soma sinais de estar a comprometer, cada vez mais fortemente a entrar, a necessária modernização da economia, a retardar a inovação tecnológica, as mudanças nos processos produtivos, ao mesmo tempo que a provocar doença, e a necessária melhoria sustentada das condições de vida e de um desenvolvimento justo e equilibrado.

É uma crise ecológica, que surge paradoxalmente no país que consagra, na Constituição da República, de forma inovadora, os direitos ambientais, como parte integrante dos direitos humanos. Numa dupla vertente do direito: “todos tem direito a um ambiente de vida sadio e ecologicamente equilibrado” e do dever: “que a todos cabe de o defender”, numa óptica de responsabilização e de participação essenciais.

E que, define por lei, designadamente na Lei de Bases do Ambiente de 1987, os princípios que acaba sistematicamente por desprezar, na não conciliação das políticas de ordenamento do território e do ambiente com as actividades económicas e humanas, na não preservação dos recursos naturais, dos bens patrimoniais, dos equilíbrios ecológicos, dos quais depende, como se reconhece, a saúde, o bem-estar, a qualidade de vida das pessoas.

O ambiente, em sentido lato, porém, que na marca das políticas prosseguidas, evidencia, em geral, como traço identificador dominante, falta de uma visão sistémica e uma abordagem integrada; descontinuidade nas políticas adoptadas, e frequente recurso a medidas casuísticas e avulsas. Ausência de transversalidade, de coordenação, de rotinas de avaliação. A inexistência – actualmente o total desmantelamento – de uma máquina administração pública dotada de meios humanos, técnicos e financeiros para as aplicar e posteriormente fiscalizar, generalizado incumprimento da legislação em vigor, desde logo pela administração central e local e sentimento de impunidade.

Estas características que se tem mantido ao longo de anos, conjugadas com a efectiva subalternização das políticas de ambiente, com a cultura política dominante, em norma destituída de pensamento estratégico e com pouco recurso ao conhecimento técnico e científico, mais comprometida com a gestão dos ciclos eleitorais e satisfação de interesses clientelares, tem inviabilizado e irresponsavelmente adiado a tomada de medidas políticas. Estas são medidas que requerem quase sempre um planeamento e gestão pensados e executados a médio e longo prazo, a recusa do que é mais fácil (é decerto mais popular e favorece mais interesses a construção de uma barragem, do que a preservação e utilização de um aquífero) e, no conflito permanente de interesses que, por norma, em termos das políticas de ambiente é forçoso gerir, a não rendição ao mais forte (por norma os interesses privados e económicos), o que embora custe admitir, raramente, tem acontecido.

Assim, Portugal é portanto, o país onde apesar de melhorias pontualmente registadas, em domínios muito precisos, como o do acesso ao abastecimento de água, o tratamento dos efluentes e dos resíduos, ultrapassando atrasos herdados, se pode afirmar não existir hoje um plano, uma estratégia, uma

política para o ambiente, para um desenvolvimento sustentado, coerentemente pensada e adoptada.

O país onde os problemas ecológicos se continuam a acumular, desde há anos, sem resposta, e com promessas permanentemente adiadas, problemas novos e velhos de anos, (vd. situação da conservação da natureza, protecção e gestão integrada do litoral, gravidade do problema energético, questão crucial das alterações climáticas, cujas consequências devastadoras já no passado ano se sentiram) desatento aos novos problemas e fenómenos emergentes, ignorante face ao conhecimento técnico e científico, através da investigação já apurada e nascido de um processo de crescimento rápido, selvagem e destruidor, orientado exclusivamente para o lucro fácil.

É um comportamento gerador da indistigável crise ambiental, agravada, entretanto, pela rendição incondicional do país ao consumismo exacerbado e aos seus demenciais padrões de consumo; pela consentida transformação de Portugal no caixote de lixo da Europa, com a eucalipitização desenfreada e a instalação das celuloses; pela rápida destruição da agricultura e do mundo rural; pela betonização do litoral; pela desprotecção dos nossos mares, pela sistemática subordinação do ambiente e da qualidade de vida das pessoas, à lógica imediatista de interesses económicos instalados; pelo desajuste, cada vez maior, entre os princípios proclamados na lei (até por força de integração europeia) e a prática governativa dos partidos no poder. (esta prática, foi em regra, ditada por medidas avulsas, descontinuadas no tempo, não sujeitas a uma rotina de avaliação, orientadas para privilegiar o visível e o curto prazo) sucessivamente rendendo-se, em termos ambientais, ao tradicional *business* as usual, às virtualidades do mercado que aparentemente tudo resolveria, incapazes de compreender, na sua visão paroquial e dependência face aos poderes dominantes, que a permissividade e a cumplicidade, por omissão, bem mais do que uma ajuda, representa afinal, uma impossibilidade de progresso e de modernização do país.

Factos responsáveis pela situação insustentável e pela crise ecológica em que o país esta mergulhado e que apesar da escassez e falibilidade dos números, ainda assim importa assinalar:

- 90 % das actividades económicas concentram-se no litoral;
- A produção de resíduos sólidos urbanos não para de aumentar, com crescimento na década anterior de cerca de 40%, e sem que exista uma estratégia consistentemente articulada (educação, ciência e economia) para alterar comportamentos e padrões de consumo, nem alterar modos de produção que permitam repensar, reduzir, reutilizar e reciclar;
- Mais de metade dos rios portugueses encontram-se poluídos, em grande parte devido à actividade proveniente das indústrias;
- Os resíduos industriais, incluindo aí os perigosos, continuam sem uma consistente caracterização, sem uma estratégia devidamente calendarizada, apoiada financeiramente que permita pôr fim às deposições ilegais responsável por mais de 1.800 pontos negros em todo o país;
- A desertificação atinge mais de 30% do território, 69% do qual sofre sério risco de erosão;
- Cerca de 170% espécies animais, particularmente aves, encontram-se em vias de extinção, e o mesmo se passa com 100 espécies vegetais;

- As águas balneares, em regiões como o grande Porto, ainda apresentam elevados níveis de poluição, por isso constituem uma ameaça para a saúde pública;
- As grandes indústrias portuguesas situam-se, em termos europeus, entre as mais poluentes, segundo dados da AEE e o ranking publicado a partir do Registo Europeu de Resíduos; Exemplo CIMPOR, 12º lugar no ranking dos poluidores (emissões metais pesados) num universo de 433 empresas;
- O litoral português está fortemente ameaçado de erosão, em 80% dos casos devido a erros da actividade humana, em especial extracção de areias e ocupações indevidas;
- As emissões poluentes disparam em Portugal, com o dióxido de enxofre, responsável por doenças como a asma e a bronquite, mais do triplicado em 1º anos;
- Portugal reivindicou o aumento em mais de 27 e 40%, respectivamente, para CO2 e GEE o valor das suas emissões, em termos do Protocolo de Quioto. Já os ultrapassou em 2001. Se nada continuar a ser feito, estimam, as projecções mais optimistas, aumentos, em 2010, na ordem dos 54% e 63%;
- Portugal importa 90% da energia que consome e tem uma dependência do petróleo três vezes superior à média europeia;
- O desperdício energético ronda em Portugal os 20%, a intensidade energéticas é das mais elevadas, mantém-se em crescimento, numa tendência contrária a dos demais países da OCDE;
- Não há eficiência energética; as potencialidades enormes em termos de energias renováveis (solar, fotovoltaica, eólica, bio gás e bio massa, marés, ondas, geotermia) em Portugal são desperdiçadas;
- Quinze anos depois do primeiro parque eólico, em 85, a capacidade total instalada é de 300MGW, menos do que em qualquer região da vizinha Espanha; Apesar do clima favorável, a energia solar instalada é muito inferior à produzida em qualquer região da Alemanha;
- Portugal tem uma das maiores ZEE da Europa, 18X o nosso território. As nossas águas são atravessadas diariamente por mais de 100 navios, cerca de 1/3 do comércio marítimo internacional e situam-nos na rota dos hidrocarbonetos, Significativa parte das nossas eras protegidas localiza-se junto ao litoral, com vasta áreas incluídas na REDE Natura 2000. Porém continuamos sem dispor de meios de intervenção rápida (salvadejo), Sem um sistema de vigilância costeira (VTS) que propicie a segurança marítima e a prevenção da poluição;
- A temperatura no planeta está aumentar. O cenário para Portugal prevê, de acordo com o estudo realizado pelo SIAM, aumentos na ordem dos 4 a 7%. A multiplicação dos dias com temperaturas superiores a 35º. A sua incidência no aumento da mortalidade e mobilidade é reconhecida. Significou, estima-se, a morte de cerca de 1800 pessoas;
- Cerca de 38% do território é ocupado por floresta, a qual foi ardeu na década de 80 mais de 51% do que na década anterior, em resultado dos fogos florestais. Os fogos, em 2003, consumiram cerca de 400.000 hectares, ie.4% do nosso território, parte do qual em áreas sensíveis, parques naturais e locais de interesse para a conservação da Natureza e integrados na Rede Natura 2000.

O compromisso com a memória da revolução de Abril, no seu inconformismo, no seu sentido de futuridade, interpelam-nos e reclamam uma democracia com novos horizontes, assente em novas premissas. Uma democracia em que é preciso dar vida aos direitos humanos no quotidiano dos cidadãos, nomeadamente, ao erradicar a pobreza e exclusão social, ao eliminar as discriminações e os interditos sexuais, ao promover a inclusão e o respeito pelo direito à diferença, ao promover a igualdade de oportunidades, ao preservar os patrimónios ambiental e genético, incentivando o sentido de responsabilidade perante a comunidade e as gerações vindouras.

Esta é uma mudança em que o ambiente e a qualidade de vida, terão de ser não um elemento mais a considerar, mas a questão política estruturante, que é imperioso colocar no centro do debate e das políticas públicas e da participação dos cidadãos.

Esta é uma prioridade não negociável.

Este é um imperativo nacional, não adiável, face à tentativa cada vez maior de apropriação privada de bens patrimoniais públicos, pertença de todos, suporte de vida e dos ecossistemas, como o processo de privatização da água evidencia.

Este é um imperativo nacional face ao alucinante acumular, em Portugal, de problemas ambientais para os quais a *revolta da natureza e os seus gritos* vai somando sinais: na destruição acelerada da biodiversidade; no agravamento dos processos de erosão no litoral; na contaminação das águas e no aumento da poluição atmosférica; no empobrecimento dos solos; no aumento da desertificação; na devastação das florestas; no brutal desperdício energético e irracional dependência face ao petróleo; na degradação das aéreas protegidas; na destruição da paisagem; no desordenamento do território; na desprotecção dos nossos mares e costas, gerando complexos problemas ambientais.

Estes são problemas ambientais com consequências directas e custos sociais, que afectam o quotidiano dos cidadãos e a sua qualidade de vida. Com o aumento da incidência de doenças respiratórias e alergológicas, que atingem em especial os grupos mais vulneráveis, (caso das crianças, dos doentes crónicos e dos idosos), em resultado do alucinante aumento das emissões poluentes, nomeadamente de CO<sup>2</sup> e dos Gases com efeito de estufa (GEE);

Com o agravamento dos factores de risco para a saúde pública provocados pela mudança climática (ondas de calor que mataram mais de dois mil idosos em Portugal, no Verão de 2003) e, com incidência directa, no aumento das taxas de mortalidade e de morbilidade; Veja-se a investigação conduzida pelo professor Filipe Duarte Santos, no âmbito do SIAMA que prevê, na projecção dos aumentos de temperatura na Península Ibérica, valores que oscilam entre os +4 a 7 graus para o nosso país, acima de previsão feita pelo IPCC, no seu último relatório de 2001

Com a degradação da qualidade da água para consumo humano (provocada pelo aumento do calor e geradora de cianobactérias (susceptíveis de desencadear doenças gástricas e intestinais);

Com a proliferação de substâncias químicas na agricultura, no ar e nos alimentos (por exemplo dioxinas, metais pesados ou pesticidas) consideradas disruptores endócrinos) susceptíveis de afectar a nossa integridade.

Por último, estes são problemas ambientais com uma incidência económica, cada vez mais nítida, constituindo, não raro, a sua existência, um

entreve ao desenvolvimento das empresas e do país, Um obstáculo à própria adopção de medidas inovadoras e tecnologias mais eficientes e amigas do ambiente, determinantes para a modernização do tecido produtivo.

Esta constatação é particularmente clara a partir de Quioto e dos compromissos aí assumidos no quadro da EU, por Portugal, em termos do (in)cumprimento do disposto na Convenção Quadro sobre as Alterações Climáticas, da identificação de problemas ambientais com consequências económicas, cuja não resolução, ou, sucessivo adiamento, pesa cada vez mais na factura energética do país, na dependência de Portugal face ao petróleo (três vezes superior à media dos países europeus) à sua cultura e flutuação de preço; à falta de autonomia energética; à desvalorização dos recursos renováveis endógenos ( solar, fotovoltaico, eólico, mares, ondas, bio gás, bio massa, gás natural, entre outras) em detrimento do recurso à importação de combustíveis fósseis, como o petróleo e o gás; na ausência de políticas energéticas de combate ao desperdício, que ronda os 20%; na ausência de medidas políticas e incentivos para a promoção da eficácia energética (contra a tendência de aumento da intensidade ao invés de todos os países da OCDE), nomeadamente na habitação ( iluminação verde e arquitectura bio climática) nos transportes ( mecanismos fiscais de apoio veículos eléctricos, híbridos, bio carburantes, etc., a par de medidas de promoção de efectiva promoção do transporte públicos e de uma mobilidade mais sustentada ( para pessoas e passageiros, dando prioridade à circulação por ferrovia em detrimento do rodoviário).

Factores todos eles que hoje, com visibilidade, perante o brutal agravamento da pressão sobre o petróleo e a instabilidade do seu preço, em tendencial subida, pelo aumento da procura e o clima de instabilidade, se compreende, evoluem de mero problema ambiental, para autentico quebra-cabeças para a economia, tornando-a refém, da irracionalidade e comprometendo o desenvolvimento pretendido.

É pois dessa mudança, em termos do projecto que colectivamente queremos, diferentemente abraçar, de que vos falo em nome de Abril. Com a visão prospectiva que penso, nunca poderemos abandonar.

Uma visão que questiona, nesta reflexão conjunta, neste Congresso, trinta anos depois de Abril, o próprio conceito de modernidade tal como até agora foi concebido e o projecto de vida e de sociedade que com sustentabilidade, assente em diferentes valores queremos ou não, construir para uma melhor qualidade de vida, ou seja, para uma melhor vida de todos nós.

Uma procura que apela sobretudo, no debate que lançamos e nas decisões que somos chamados a tomar, à formulação de novas premissas, de um novo contrato social, assente no novo paradigma capaz de assegurar o futuro da humanidade.

Uma busca que reclama, a mobilização de todas as vontades, a persistente busca de novas soluções criativas, o respeito pelos equilíbrios naturais, o imprescindível envolvimento da ciência e da tecnologia.

Esta é a proposta que não considero utopia, antes a antecipação da realidade.

A proposta em que o adiamento do ambiente não é negociável.

Tão pouco o adorno inútil e petrificado, antes se assume como o veículo libertador, criativo e de mudança que é preciso provocar, à escala planetária,

no momento em que nos questionamos sobre o modo como vivemos, como produzimos, como consumimos.

Do que se trata, afinal, é de assumir o rasgo cultural de dar vida aos direitos humanos no quotidiano dos cidadãos, ao erradicar o analfabetismo e as periferias dos guetos geográficos e sociais; ao garantir o direito à diferença (cultural, étnica sexual ou religiosa), ao reconhecer os direitos das minorias e as suas identidades; ao eliminar as discriminações sexuais, ao preservar o património (ambiental, cultural, genético), ao incentivar um sentido de responsabilização perante a comunidade e as gerações vindouras, ao dar dignidade ao futuro;

Um imperativo neste tempo de apropriação privada de bens patrimoniais da humanidade: dos seres humanos e vegetais (manipulação e códigos genéticos), dos recursos suporte de vida (o ar ou a água), da cultura (propriedade intelectual), em que é forçoso fixar fronteiras, um sentido e uma ética para o desenvolvimento.

Um desenvolvimento que é preciso garantir em tempo de bens transformados em meros objectos passíveis de troca, em tempo de glorificação dos mercados, de destruição dos recursos naturais, de anulação da diversidade, de desequilíbrios, de aumento das desigualdades e da pobreza, de padronização cultural, de perda de valores, de crise ecológica.

No fundo hoje aqui, aquilo que nos convoca é a esperança nascida de Abril, enquanto tempo historicamente novo e a necessidade em agir para alargar o debate, desenhar o futuro e promover, com o envolvimento e a participação dos portugueses, um desenvolvimento radicalmente diferente, porque capaz de ser socialmente justo e ecologicamente equilibrado.